



Conselho
Estadual de
Assistência
Social



CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEAS-PE

Av. Conde da Boa Vista, 1410 - 1º andar - Boa Vista, Recife - PE, CEP: 50060-001

Fone: (81) 3183-3291 / 3292

E-mail: ceaspe@hotmail.com

240º Assembleia Ordinária

LOCAL: Sala de Reunião do CEAS

DATA: 29/05/2024

HORÁRIO: 14h05

No dia 29 de Maio do ano de 2024, às 14:05 horas, teve início a 240ª Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social, na sala virtual. Compareceram os/as seguintes Conselheiros (as): Andreza Sônia Costa Rodrigues Pacheco- Secretária de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e Prevenção à Violência e às Drogas – **SDSCJPVD**; Cileide Maria de Araújo Souza -Secretária de Planejamento e Gestão e desenvolvimento Regional – **SEPLAG**; Edson de Souza Lima – Conselho Regional de Psicologia – **CRP**; Adriano Alves da Silva Costa – Secretária de Turismo e Lazer – **SETUR**; José Felipe Bezerra da Silva – Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor – **CEDAPP**; Elaine Lima do Nascimento – Representante de Usuário; **Justificaram a ausência:** Ana Carolina Freire Lopes - Secretária de Saúde – **SES**; André Vinicius Guimarães de Carvalho – Instituto de Inclusão e Cidadania de Pernambuco – **IICPE**; Hemi Monique Vilas Bôas de Andrade- Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco – **CIEE-PE**; Cristiano César Vila Nova Pereira – Secretária de Educação e Esportes – **SEE**; Rômulo Américo da Silva – Secretária de Turismo e Lazer – **SETUR**; Marcela Cristina Mendes Leandro - Sindicato dos Servidores Públicos Civil do Estado de Pernambuco –**SINDSERPE**; Nipson Richard Oliveira de Freitas - Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor – **CEDAPP**; **Equipe técnica do CEAS-** Ana Paula Viana Torres, Etienne Paola de Araújo, José Adilson Pacheco de França, Vitória Beatriz da Hora Pacheco Galvão, Adriana Queiroz e Camila Melo; **Convidados:** A Senhora Paula Vanusa Gerência de gestão do trabalho e Educação Permanente - **GETEPA Reunião começou na segunda chamada.** A Secretária Executiva Ana Paula iniciou a sessão com a apresentação da pauta do dia com os seguintes temas: **Termo de Referência; Ata da 239ª Assembleia Ordinária; Resolução CIB Nº 20; Resolução CIB Nº 21; Resolução CIB Nº 22; Resolução CIB Nº 23; Consulta/ assessoramento sobre questão envolvendo conselheiros do CMAS Recife; 1-Termo de Referência-**Foi apresentado por Paula Vanusa que é da Gerência de gestão do trabalho e Educação Permanente – **GETEP.** O termo de referência é sobre a Execução das ações de educação permanente para trabalhadores do SUAS no âmbito do estado de Pernambuco que tem como objetivo a seleção de propostas, para a celebração de Termo de Colaboração, com a SAS para a execução de Ações de Educação Permanente para Trabalhadoras/es do SUAS no âmbito do estado de Pernambuco. Paula pontua que o termo de referência irá contribuir com o aprimoramento das funções de gestão, do provimento dos serviços e do controle social através de elaboração de diagnósticos de necessidades de formação e da institucionalização da perspectiva político-pedagógica e a cultura da educação permanente, bem como conhecer como está referenciado às equipes nos municípios e como isso desenvolver condições, junto aos trabalhadores/as e conselheiros/as, no sentido de refletirem em seus processos de trabalho tanto sobre o Sistema quanto a sua própria identidade na operacionalização dos direitos socioassistenciais do cidadão/ã; Irá ofertar aos gestores/as, trabalhadores/as e conselheiros/as percursos formativos e ações de formação e capacitação adequadas às qualificações requeridas pelo SUAS; Criar mecanismos de ensino aprendizagem que permitam o aprendizado contínuo e sistemático dos trabalhadores/as do SUAS nos diferentes contextos e por meio da experiência do trabalho; Criar também mecanismos institucionais que permitam articular o universo do ensino, da pesquisa e da extensão, potencializando a produção, sistematização e disseminação de conhecimentos; Consolidar referências teóricas, técnicas e ético-políticas na Assistência Social a partir da manutenção dos módulos do SIGAS/PE armazenando informações e produzindo conhecimento à gestão do SUAS. Paula pontua sobre o termo o Desenvolver as ações da Escola (ESFOSUAS/PE), com vistas a consolidar referências teóricas, técnicas e ético-políticas na assistência social a partir da aproximação entre a gestão e o provimento dos serviços socioassistenciais, contribuindo para desenvolvimento das competências

necessárias à contínua e permanente melhoria do SUAS. Gestores/as, dirigentes e trabalhadores/as da rede socioassistencial; Conselheiros/as de assistência social, no exercício de suas competências e responsabilidades. Com isso as modalidades e quantas turmas e metas, os cursos presenciais (introdutórios e de atualização) será 54 de quantidades de turmas, a quantidade de participantes/turmas é 40, e total de metas é 2.160. Cursos síncronos (introdutórios e de atualização) a quantidade de turmas é de 24, a quantidade de participantes/turmas 50 e total de metas é 1.200. A modalidade de curso de Supervisão Técnica a quantidade de turmas é de 48,a quantidade de participantes/turmas 30 e total de metas é 1.440. A modalidade de Rodas de diálogos com a quantidade de turmas é de 24, a quantidade de participantes/turmas é de 30 e total de metas é 720. A modalidade de curso de oficinas é de 48,a quantidade de participantes/turmas 30, e o total de metas é 1,440. A modalidade de Cursos auto instrucional (Ensino a Distância – EaD) é de 24,a quantidade de participantes/turmas é de 150, e o total de metas é 3.600. A modalidade de curso de Seminário é de 1, a quantidade de participantes/turmas é de 555,e o total de metas é 555.A modalidade de curso de Pós-Graduação é de 2, a quantidade de participantes/turmas é de 60 e o total de metas é 120. O total é de 225 quantidades de turmas e total de metas 11.235. Com isso a divisão de vagas deverá ser norteadada pelo quantitativo de trabalhadores/as do SUAS ativos (15.607), cadastrados no CADSUAS e por porte de município. A vigência do contrato/ Investimento, a vigência é de 24 meses e os recursos financeiros é de quatro milhões, trezentos e quinze mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e noventa e um centavo R\$ 4.315.354,91. Paula Vanusa também informou que também atualiza o Sistema de Informação de Gestão, que é uma meta que é interligada a Frente de Trabalho Permanente e na formação do SUAS. O conselheiro Edson pontuou que em relação ao público e destinatário dos cursos solicitou a inclusão dos usuários para as formações, Paula Vanusa respondeu dizendo que fez oficinas com os Usuários e que eles irão poder sim fazer cursos na Escola de Formação, porém não pode ser usado com o recurso do Governo Federal não pode ser utilizado para usuário(a) por causa do Programa, mas com o recurso do Estado sim poderá usar**2-Ata da 239ª Assembleia Ordinária** - Após apreciação do Plenário, a mesma foi aprovada sem ressalva pelos conselheiros.**3-Resolução CIB Nº 20-** A Presidente do Conselho Andreza Pacheco fez a leitura da Resolução CIB Nº20 Que Pactua a concessão de cofinanciamento de Benefício Eventual Emergencial para os municípios de Arcoverde e Bezerras, por meio do Sistema de transferência automática e regular de recursos financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, para os Fundos Municipais de Assistência Social – FMAS. Resolve Pactuar a concessão de cofinanciamento de Benefício Eventual Emergencial por meio do Sistema de transferência automática e regular de recursos financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, para os Fundos Municipais de Assistência Social – FMAS, destinado aos municípios de Arcoverde e Bezerras, a qual foi decretada situação de emergência, em virtude das estiagem. Art. 2º - O referido cofinanciamento será pago em parcela única compreendendo, que os municípios de médio porte Arcoverde e Bezerras, receberá R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) Emergencial por meio do Sistema de transferência automática e regular de recursos financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, para os Fundos Municipais de Assistência Social – FMAS, destinado aos municípios de Arcoverde e Bezerras, a qual foi decretada situação de emergência, em virtude das estiagem. Art. 2º - O referido cofinanciamento será pago em parcela única compreendendo, que os municípios de médio porte Arcoverde e Bezerras, receberá R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais). José Felipe Conselheiro do CEAS questionou Como foi que chegou essa solicitação em virtude de que? E em relação a que atividade vai ser destinado esse valor? A Presidente explicou que o Município manda o Ofício, declarando que estar em estado

de calamidade de emergência e a Secretaria confirma no Sistema da defesa civil, que tem que ser registrado para atestar que realmente estão em estado de calamidade e a emergência deles é a estiagem, com isso tem que ter decreto municipal, com isso tem a comprovação da defesa civil, e aí quando chega para o Estado o Estado faz o repasse, porém esse gasto tem que ser de acordo com a Lei de benefício eventual que cada município tem e depois prestar conta com o FEAS. Foi aprovada.

4-Resolução CIB Nº 21– A Presidente do Conselho Andreza Pacheco fez a leitura da Resolução CIB Nº21. Art. 1º Pactuar os 14 (catorze) serviços de acolhimento em família acolhedora elegíveis para o recebimento do cofinanciamento de custeio, nos termos da Lei Estadual nº 18.434 de 22 de dezembro de 2023, que institui o Programa família Acolhedora Pernambucana, em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a fim de viabilizar a transferência automática e regular de recursos financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, para os Fundos Municipais de Assistência Social – FMAS. Art. 2º O FEAS repassará ainda 70% do valor da bolsa concedida a cada família acolhedora, até o limite de 70% do salário mínimo vigente. Parágrafo Único – Os municípios cofinanciados deverão enviar à Secretaria Executiva de Assistência Social (SEASS) relação mensal das crianças e adolescentes acolhidos conforme modelo a ser disponibilizado pela Gerência de Proteção Social de Alta Complexidade (GEPAC). Art. 3º O repasse dos recursos de que tratam essa resolução, fica consignado aos procedimentos de adesão ao Sistema de Transferência Fundo a Fundo e Prestação de Contas, nos termos estabelecidos em Portaria a ser publicada pela SAS. Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Essa resolução ficou para ser discutida e aprovada na Extraordinária.

5-Resolução CIB Nº 22– A Presidente do Conselho Andreza Pacheco fez a leitura da Resolução CIB Nº22 Resolve Pactuar a oferta de cofinanciamento para 8 (oito) Municípios: Berreiros, Cabo, Garanhuns, Jaboatão dos Guararapes, Petrolina, Recife e Santa Cruz do Capibaribe que Comprovaram a execução dos Serviços Especializados de Abordagem Social – SEAS com equipes exclusivas elegíveis para o recebimento do cofinanciamento, em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a fim de viabilizar a transferência automática e regular de recursos financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, para os Fundos Municipais de Assistência Social – FMAS. Art. 2º O repasse dos recursos de que tratam essa resolução, fica consignado o procedimento de adesão ao Sistema de Transferência Fundo a Fundo e Prestação de Contas, nos termos estabelecidos em Portaria a ser publicada pela SAS. A presidente Andreza Pacheco explicou que foi apresentado na CIB que Olinda é o único município que ainda tem frentes executando o serviço de Família acolhedora, foi pactuado na CIB e agora depende do CEAS pactuar ou não. Edson conselheiro pontuou que não concorda e que embora a execução seja de forma indireta o Ceas está pactuando o serviço da política de assistência e não o tipo de execução. Andreza concorda com Edson, sendo assim estão priorizando a equipe que é execução direta da prefeitura e a prefeitura que vai organizar, com isso será aprovada, porém irá uma para cada município e não dois para Olinda, com isso foi aprovada.

6-Resolução CIB Nº23– A Presidente do Conselho Andreza Pacheco fez a leitura da Resolução CIB Nº23, que resolve Pactuar a síntese das modalidades de formações, das metas e divisão propostas, e do valor do investimento do Governo do Estado proposto no Termo de Referência, cujo objeto é a execução das ações de educação permanente para trabalhadores/as do SUAS no âmbito da ESFOSUAS / Pernambuco – 2024 / 2025. Andreza perguntou se todos concordam de seguir na íntegra e Felipe pontuou que seria 2024, 2025 e 2026. A Secretária executiva do conselho Ana paula também pontuou que Edson sugeriu os usuários e usuárias como público. Com isso foi aprovado.

7-Consulta/ assessoramento sobre questão envolvendo conselheiros do CMAS Recife – Recebemos um ofício que nele relatava sobre questão

envolvendo conselheiros do CMAS Recife, o ofício relatava: Cumprimentando-as/os cordialmente, e em consonância com o que dispões a Resolução CNAS nº 100/2023, no artigo 3º, Inciso VII, e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, NOB-SUAS/2012, no artigo 122, Parágrafo 3º, vimos por meio deste solicitar consulta/ assessoramento ao CEAS/PE quanto a situação ocorrida com os Conselheiros Fagner Valença de Siqueira e Karina de Oliveira Xavier, em conformidade com os fatos descritos a seguir: Na reunião do Pleno Extraordinário do dia 27 de março de 2023 foi deliberada a participação de 03 (três) Conselheiros, sendo 02 (dois) da sociedade civil e 01 (um) governamental, e secretária executiva na “Reunião Regional do Conselho Nacional de Assistência Social - Região Nordeste”, a ocorrer nos dias 26 e 27 de abril de 2023, em Teresina/PI, sendo eles respectivamente: Fagner Valença de Siqueira, Cybelle Oliveira da Silva, Karina de Oliveira Xavier e Ystefhani Cibely M. de O. Barbalho (conforme resolução em anexo). Após a realização das solicitações e de todo o trâmite para a viagem, o Presidente do CMAS na ocasião foi comunicado pela secretaria que, diante de uma problemática com a questão da licitação das passagens aéreas, só seria possível a ida de duas pessoas e ficou decidido pela Presidência que iriam realizar esta representação: Cybelle Oliveira da Silva e Ystefhani Cibely M. de O. Barbalho. Entretanto, as diárias foram depositadas nas contas das 04 pessoas que iriam, incluindo os conselheiros Fagner Valença e Karina Oliveira, que não foram devido a não realização da compra das passagens aéreas. Não houve a devolução das diárias recebidas pelos dois conselheiros, e nem CMAS Recife, nem o setor financeiro da secretaria na ocasião se comunicou com os conselheiros para informá-los sobre o processo de devolução das diárias. Diante das inúmeras demandas do CMAS e dos conselheiros, o assunto não mais foi lembrado até a reunião do pleno ordinário de 21 de março de 2024, onde houve a apresentação até a prestação de contas dos repasses financeiros ao Fundo Municipal de Assistência Social do Recife, onde também foi apresentado os gastos anuais dos recursos direcionados ao CMAS Recife, onde constava o pagamento e não devolução das diárias aos conselheiros Fagner Valença e Karina Oliveira. Nesta reunião, deliberou-se que a questão seria enviada ao setor Jurídico da SDSDHJPD para verificar a necessidade ou não da instauração da comissão de ética do CMAS Recife, para análise dos fatos. Frisamos que logo após esta plenária os conselheiros realizaram a devolução dos recursos (conforme os comprovantes anexados neste processo) e se colocaram à disposição para esclarecimentos. A ata da referida reunião consta em anexo neste processo, com as partes sobre este assunto grifadas e negrito. A prestação de contas ao FMAS foi aprovada nesta reunião, e publicada em diário oficial assinada pela Presidente Interina na ocasião (conforme resolução em anexo). Segue abaixo o relato dos conselheiros sobre tal questão: Relato de Fagner Valença de Siqueira: À serviço do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS Recife, minha missão era (e continua sendo) contribuir para o avanço das políticas e ações em benefício da sociedade. Durante esse período, enfrentei desafios que testaram minha capacidade de gerenciamento de recursos e resolução de contratempos de forma ética e responsável. Durante minhas viagens representando o CMAS Recife, vivenciei situações que exigiram minha habilidade de adaptar-me a imprevistos e agir com diligência na gestão dos recursos. Na primeira viagem, os recursos das diárias foram enviados corretamente para a conta designada. No entanto, na segunda viagem, os fundos foram enviados para uma conta diferente daquela informada, o que gerou dificuldades financeiras pessoais. No caso da terceira viagem, os recursos de diárias foram corretamente depositados na conta indicada. Contudo, a viagem foi cancelada devido a circunstâncias externas, especificamente um corte no número de conselheiros. Apesar de a deliberação da plenária ser a ida de 3 conselheiros e secretária executiva, a gestão decidiu enviar apenas 1 conselheiro. Diante desse imprevisto, busquei o Presidente do Conselho na época, que por sua

213 vez procurou soluções alternativas para lidar com os fundos depositados, como
214 compensação de uma situação pela outra ou até mesmo o uso do recurso para
215 ocasião de viagem posterior. No entanto, devido à impossibilidade de alteração de
216 rubricas e à falta de conclusão por parte do setor financeiro da secretaria, a questão
217 acabou caindo no esquecimento em meio a outras demandas e discussões. No
218 momento da prestação de contas, prontamente reconheci as pendências relacionadas
219 às viagens anteriores, detalhando as circunstâncias e os fatos. Durante a
220 apresentação da prestação, questionei sobre como resolver a situação na presença
221 de representantes do setor financeiro da secretaria, que esclareceu o assunto. No dia
222 seguinte, procedi com o ressarcimento ao erário. Além disso, acrescento que,
223 atualmente como Presidente do CMAS Recife, pretendo, com o aval e contribuição
224 dos conselheiros, criar cartilhas de orientações para que casos como esse não se
225 repitam por falta de conhecimento. Ao analisar os eventos do ponto de vista jurídico,
226 destaco que minha conduta foi pautada pela correção voluntária, ausência de prejuízo
227 ao erário, boa-fé, proporcionalidade e alinhamento com o princípio da autotutela
228 administrativa. Recomendo, portanto, que seja considerada minha isenção de
229 qualquer medida punitiva ou consideração irregular em relação ao atraso no
230 ressarcimento dos recursos. Relato de Karina de Oliveira Xavier: “Venho pelo
231 presente informar que na reunião do Pleno Extraordinário do Conselho Municipal de
232 Assistência Social do Recife no dia 27 de março de 2023, foi deliberada participação
233 de 03 (três) Conselheiros, sendo 02 (dois) da sociedade civil e 01 (um)
234 governamental, e secretária executiva na “Reunião Regional do Conselho Nacional de
235 Assistência Social - Região Nordeste”, a ocorrer nos dias 26 e 27 de abril de 2023,
236 em Teresina/PI. Na ocasião foram seguidos os trâmites pelo conselho de emissão de
237 passagens e diárias tendo em vista que se precisava seguir um prazo estabelecido
238 pela GGAF. Dias antes da ida ao evento, fui comunicada por ligação telefônica, que
239 por motivos de falta de recurso para compra das passagens, a viagem não
240 aconteceria. No momento fiz o questionamento, se a decisão foi tomada em pleno
241 pelo CMAS, por que até então todas as representações em eventos aconteceram,
242 porém essa participação não estava sendo autorizada pela gestão. Alguns dias após
243 comunicação, 20/04 foi realizada uma transferência para minha conta salário no valor
244 de R\$ 945,00, referente pagamento das diárias e hospedagem para participação no
245 evento, conta esta que tenho acesso apenas para recebimento do salário. Tive
246 acesso ao recurso apenas no dia 28/04 quando o salário foi depositado e pude
247 identificar o valor citado acima. Cheguei a me questionar no momento como não se
248 tinha recurso para patinação mas o valor tinha sido depositado. No mesmo momento
249 da identificação, procurei saber como poderia fazer a devolução do mesmo, tive a
250 mesma resposta de sempre precisa ir ao financeiro, Com o passar dos dias, por não
251 fazer uso da conta de forma cotidiana o recurso permaneceu na mesma e até então lá
252 se encontra. Neste sentido gostaria de comunicar que até a presente data, não recebi
253 nenhum comunicado oficial sobre os procedimentos necessários para devolução do
254 mesmo. Essa informação chegou apenas por ligação telefônica, no dia 21 de março,
255 mesma data da reunião do pleno em que aconteceria a prestação de contas do ano
256 anterior, 01 (um) ano, após o recebimento do recurso. Ao ser comunicada, que
257 precisaria realizar a devolução, fui até a sala do CMAS e mais uma vez a informação
258 é que preciso procurar o departamento financeiro. Neste sentido informo que em
259 nenhum momento me coloquei contra ou questionei sobre a devolução e que tenho
260 total interesse em devolver o recurso até porque sei da responsabilidade e que o
261 mesmo não me pertence, pelo contrário sempre procurei contribuir e colaborar. Fui
262 informada que no pleno do dia 21.03 foi questionada sobre minha participação na
263 mesmo, aproveito a oportunidade para esclarecer que até a data do pleno citada a
264 cima, me encontrava como Gestora de Articulação Intersetorial da Secretaria de
265 Juventude e temos uma equipe bem pequena e as datas e horários de realização das

266 reunião do CMAS me encontrava em atividades da SEJUV, ou período de férias, ou
267 de afastamento médio. Caso seja necessário, posso colocar minha agenda à
268 disposição do CMAS”. Sendo assim, solicitamos a análise desses eventos para
269 auxiliar o CMAS Recife quanto a resolutividade da questão, com a maior brevidade
270 possível para servir de embasamento para a plenária decidir sobre a possibilidade de
271 considerar que o Conselheiro em questão está isento ou não de qualquer ato que
272 possa ser considerado irregular, que possa comprometer ou não sua atuação
273 enquanto conselheiro. Com tudo os Conselheiros Edson, José Felipe pontuaram que
274 o Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco, o CEAS não tem nenhum
275 olhar de julgamento e em emitir um parecer para pontuar a conduta das pessoas, e
276 sim um olhar para orientar, direcionar. **Informes**-Planejamento CEAS para os dias 02
277 e 03 de Julho, Reunião do Fonaceas Recife. **Encerramento** - A assembleia foi
278 encerrada às 15:30hs, e, para constar, eu, Ana Paula Viana Torres, Secretária
279 Executiva do CEAS, lavrei a presente ata, que vai ser lida e aprovada, sendo anexa à
280 lista de presença.